CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

De Vorcaro às emendas: os dois caminhos do dinheiro de Dark Horse

Fonte original: ICL Notícias. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	ICL Notícias (iclnoticias.com.br)
Autor	Schirlei Alves
Data de publicação	10/09/2026 19:26
URL original	https://iclnoticias.com.br/de-vorcaro-as-emendas-dois-caminhos-dark-horse/
Relevância	Média · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Mário Frias, Flávio Dino
Organizações	Complexsys, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Academia Nacional de Cultura (ANC), Polícia Federal, Supremo Tribunal Federal, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Banco de Câmbio, Instituto Super Poder Educacional, Ministério da Ciência
Data da coleta	12/10/2026 01:10
Situação	No ar · última verificação 28/11/2026 20:05
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

- Entre as principais estão Complexsys, Fastfuture, Ultra IP e Urban Connect.
- A Complexsys, por exemplo, recebeu R$ 9,9 milhões do ICB entre outubro de 2024 e abril de 2026.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / ICL Notícias

RESUMO

É uma nova trilha financeira que se soma a outra já investigada no Supremo Tribunal Federal (STF): a dos cerca de US$ 13 milhões ligados ao banqueiro Daniel Vorcaro e ao financiamento de Dark Horse, em um caso sob a relatoria de André Mendonça. Na frente sob Dino, a PF seguiu dinheiro público destinado por emendas parlamentares e encontrou uma cadeia de repasses entre entidades e empresas que alcançou a Go Up. Como essa trilha chega à produtora de Dark Horse É nesse ponto que aparece a conexão com a Go Up.

Por Cleber Lourenço

A operação da Polícia Federal deflagrada nesta quinta-feira (10) e a decisão do ministro Flávio Dino que autorizou as buscas jogaram nova luz sobre os fluxos financeiros no entorno de Dark Horse, filme sobre Jair Bolsonaro. A investigação detalha como dinheiro público destinado a projetos sociais circulou por uma rede de entidades e empresas até chegar à Go Up Entertainment, produtora do longa.

É uma nova trilha financeira que se soma a outra já investigada no Supremo Tribunal Federal (STF): a dos cerca de US$ 13 milhões ligados ao banqueiro Daniel Vorcaro e ao financiamento de Dark Horse, em um caso sob a relatoria de André Mendonça.

Os dois caminhos partem de lugares diferentes. No caso de Mendonça, a investigação busca esclarecer a origem e a movimentação dos recursos privados associados a Vorcaro e ao financiamento do filme. Na frente sob Dino, a PF seguiu dinheiro público destinado por emendas parlamentares e encontrou uma cadeia de repasses entre entidades e empresas que alcançou a Go Up.

Não há, até agora, comprovação de que os recursos das duas trilhas tenham se misturado. A operação desta quinta, porém, permite enxergar com mais detalhes a movimentação financeira ao redor da produtora e ajuda a entender por que a PF considera necessário seguir o dinheiro para além dos destinatários originais das emendas.

É uma história que envolve 29 pessoas e 14 empresas. Para compreendê-la, é preciso acompanhar o caminho percorrido pelo dinheiro.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Dinheiro público entra pelo ICB

A primeira ponta está no Instituto Conhecer Brasil (ICB), presidido por Karina Gama. A entidade recebeu recursos públicos e foi beneficiada por emendas do deputado Mário Frias (PL-SP).

A PF passou então a seguir o dinheiro depois que ele entrou no instituto.

Os dados de inteligência financeira mostram o ICB como o principal captador de recursos da rede investigada. De lá, os valores eram distribuídos a um grupo relativamente restrito de empresas que aparecem repetidamente nas comunicações financeiras analisadas pela PF.

Entre as principais estão Complexsys, Fastfuture, Ultra IP e Urban Connect. A Complexsys, por exemplo, recebeu R$ 9,9 milhões do ICB entre outubro de 2024 e abril de 2026.

Mas o caminho não terminava nessas empresas.

Segundo a PF, algumas delas funcionavam também como redistribuidoras: recebiam valores do ICB e depois faziam novas transferências para outros integrantes da rede.

É esse segundo movimento que transforma uma sequência de pagamentos em uma rede financeira mais complexa.

A Academia Nacional de Cultura (ANC), também presidida por Karina Gama, aparece repetidamente recebendo recursos de diferentes empresas que haviam sido abastecidas pelo ICB. Somados, esses repasses chegaram a R$ 6,17 milhões.

Para a PF, essas movimentações apresentam “fortes indícios de retorno dos recursos públicos pagos ao ICB para a esfera de disponibilidade dos próprios responsáveis” pela entidade. Os investigadores também identificaram dinheiro direcionado a bancas de advogados que atuam para Frias, justamente o parlamentar responsável pelas emendas destinadas ao instituto.

É a partir dessa circulação que a PF fala em um “circuito financeiro fechado”: em vez de o dinheiro simplesmente sair do poder público, pagar uma empresa e resultar na entrega de um serviço ou produto, os valores continuavam circulando entre empresas, entidades e pessoas conectadas ao mesmo núcleo.

Segundo os investigadores, o padrão seria característico da “circulação, fragmentação e reintrodução de valores entre integrantes de um mesmo núcleo de atuação”.

O dinheiro era pago, mas faltava comprovar a entrega

Outro ponto ajuda a entender por que essa circulação chamou a atenção.

Os recursos públicos deveriam financiar projetos concretos. Um deles, chamado “Lutando pela Vida”, previa atendimento a 500 beneficiários e a compra de materiais para atividades esportivas.

A auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), reproduzida na decisão de Dino, encontrou um descompasso entre o que havia sido pago e aquilo que efetivamente estava comprovado.

Os documentos não demonstravam o atendimento regular dos 500 beneficiários, a entrega dos materiais pagos nem a execução integral dos serviços contratados.

A CGU destacou, por exemplo, que não havia comprovação da entrega de quimonos, coquilhas e outros materiais esportivos e equipamentos de proteção que haviam sido faturados. Também apontou

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

pagamento integral antes da entrega e um documento de recebimento que teria sido contestado pela própria fornecedora.

Em outro projeto financiado por R$ 1 milhão de emenda parlamentar, a situação encontrada também chamou a atenção. O dinheiro foi repassado ao ICB em fevereiro de 2025, mas, depois de encerrado o prazo do projeto, a própria entidade informou que ainda precisaria organizar atividades, preparar espaços e atender as crianças previstas.

Segundo a documentação, os 250 multiplicadores não haviam sido capacitados e os 2.250 estudantes previstos ainda não tinham sido atendidos. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação acabou rejeitando as contas por frustração do objeto pactuado.

Para a PF, há suspeitas de pagamentos sem comprovação suficiente dos serviços, contratações simuladas e até produção posterior de contratos e orçamentos para dar aparência de regularidade ao uso dos recursos.

Ou seja: enquanto a execução dos projetos apresentava problemas, o dinheiro continuava circulando.

Como essa trilha chega à produtora de Dark Horse

É nesse ponto que aparece a conexão com a Go Up.

A PF identificou que duas empresas do grupo empresarial de Heric Dias — Dinâmica Editora e Instituto Super Poder Educacional — receberam juntas aproximadamente R$ 700 mil do ICB em um dos projetos financiados com dinheiro público.

Depois disso, a NTT Brasil, também ligada a Heric Dias, transferiu R$ 750 mil para a Go Up.

A proximidade dos valores chamou a atenção dos investigadores.

A própria PF faz uma ressalva importante: os dados disponíveis não permitem afirmar que os R$ 750 mil enviados pela NTT à Go Up eram exatamente o mesmo dinheiro que havia saído do ICB.

Mas há dois elementos considerados relevantes pelos investigadores. O primeiro é a semelhança dos valores. O segundo é que, quando ocorreram essas movimentações, o projeto financiado pelo termo de fomento ainda não apresentava execução substancial.

A hipótese registrada pela PF é justamente a de que recursos associados a contratos do ICB, repassados a empresas do grupo de Heric Dias, possam posteriormente ter sido direcionados pela NTT para a Go Up.

É aqui que o dinheiro das emendas se aproxima do universo de Dark Horse.

Os R$ 19 milhões da Go Up

Quando os investigadores olharam para as contas da Go Up, encontraram uma movimentação muito maior.

Entre 10 de novembro e 30 de dezembro de 2025, em apenas 51 dias, a produtora movimentou R$ 19,03 milhões: R$ 8,95 milhões entraram nas contas e R$ 10,07 milhões saíram.

Os R$ 19 milhões, portanto, não correspondem ao valor das emendas nem significam que todo esse dinheiro seja suspeito de ter origem pública. É o volume total movimentado pela empresa no período analisado.

A importância está em entender quem colocou dinheiro na conta e para onde ele foi.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Entre os principais remetentes aparecem a Moneycorp Banco de Câmbio, com R$ 3,92 milhões; a GO7 Assessoria, outra empresa ligada a Karina Gama, com R$ 2,61 milhões; Marcello de Oliveira Lopes, com R$ 1 milhão; a NTT Brasil, com os R$ 750 mil; e o próprio Mário Frias, que enviou R$ 645,4 mil.

Na saída, a Go Up pagou R$ 906,7 mil ao Hotel Unique, R$ 896,6 mil à BAW Facilitadora de Pagamentos, R$ 653,1 mil à Foodflix Alimentação, R$ 264,7 mil à J D da Silva Produções e R$ 227,5 mil à Mazal Produções, entre outros destinatários.

E há uma coincidência temporal relevante.

As filmagens de Dark Horse ocorreram entre outubro e dezembro de 2025. A movimentação financeira considerada atípica pela PF vai de 10 de novembro a 30 de dezembro daquele ano.

Os investigadores destacam que, justamente nesse período, a Go Up fazia pagamentos a empresas de hotelaria, alimentação, eventos e produção audiovisual — tipos de despesas compatíveis, em tese, com uma produção cinematográfica.

Isso não prova que o dinheiro público tenha financiado Dark Horse. A própria PF não chega a essa conclusão.

O que a investigação estabelece é uma sequência que agora precisa ser esclarecida: dinheiro público entra no ICB → empresas contratadas recebem os recursos → empresas ligadas ao mesmo grupo redistribuem valores → a NTT envia R$ 750 mil à Go Up → a produtora movimenta R$ 19 milhões justamente durante o período de filmagens de Dark Horse.

Outro caminho: os milhões ligados a Vorcaro

É justamente nesse ponto que a investigação sob Dino encontra uma história financeira que já vinha sendo apurada em outra frente no STF.

No caso sob a relatoria de André Mendonça, a PF investiga recursos ligados a Daniel Vorcaro e destinados ao financiamento de Dark Horse.

Uma perícia privada obtida pelo ICL Notícias calculou em aproximadamente US$ 13,4 milhões os custos da produção no Brasil e nos Estados Unidos. A prestação de contas analisada concentra na Heavengate aportes equivalentes ao custo do projeto.

Nesse caso, a pergunta é mais direta: de onde vieram os milhões utilizados para financiar o filme e qual foi a participação de Vorcaro nessa estrutura?

É um caminho diferente daquele descoberto na investigação das emendas.

De um lado, portanto, está o dinheiro privado associado a Vorcaro e ao financiamento de Dark Horse. Do outro, dinheiro público que saiu de emendas, percorreu uma rede de entidades e empresas e chegou ao entorno financeiro da Go Up.

Até agora, não há comprovação de que essas duas trilhas tenham se misturado.

Mas a decisão de Dino acrescenta uma informação importante ao quebra-cabeça: no mesmo período em que Dark Horse era filmado, sua produtora movimentava milhões e recebia dinheiro de uma empresa inserida numa cadeia que a PF relaciona aos recursos públicos investigados.

Agora, para saber onde termina uma trilha e começa a outra, será necessário seguir os dois caminhos do dinheiro.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

vorcaro

Fonte original: https://iclnoticias.com.br/de-vorcaro-as-emendas-dois-caminhos-dark-horse/ · Coletado em 12/10/2026 01:10 · Gerado em 29/11/2026 01:10

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.